


Horizontes das **Ciências Sociais Rurais**



**Leonardo Tullio
(Organizador)**



Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-130-5

DOI 10.22533/at.ed.305191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Horizontes das Ciências Sociais Rurais” aborda em seu primeiro Volume uma apresentação de 19 capítulos, no qual os autores tratam sobre a questão da gestão e extensão no meio rural, analisando e discutindo cenários atuais no agronegócio.

Conhecer sobre os conceitos e possibilidades de gestão como sendo ferramentas para estudos sobre este tema vem sendo amplamente discutido, contudo, conhecer as formas de atuação e as políticas envolvidas tornam-se pontos essenciais para desenvolver a crítica construtiva sobre os problemas rurais. Assim, o papel da ciência social está cada vez mais transformando o meio rural.

Transmitir conhecimento e resolver problemas da sociedade é papel de todas, mas nem sempre é possível. A ciência é responsável por gerar conhecimento e tornar o indivíduo crítico sobre o ponto de vista analisado, portanto, adquirir conhecimento exige tempo e crítica é construída com isso.

Por fim, espero trazer conhecimento nesses artigos e incentivar a discussão e entendimento sobre o tema. Bons estudos.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERCEPÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUIÇÕES FORMAIS	
<i>Noellen Silva Amorim Feuser</i>	
<i>Carlo Otávio Zamberlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918021	
CAPÍTULO 2	20
A TEORIA DA INCOMPLETUDE E OS CONTRATOS NO AGRONEGÓCIO	
<i>Débora Mara Correa de Azevedo</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918022	
CAPÍTULO 3	34
EMPREENDEDORISMO RURAL: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE EM ASCENSÃO!	
<i>Tatielle Belem Langbecker</i>	
<i>Alessandro Porporatti Arbage</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918023	
CAPÍTULO 4	52
AS FUNÇÕES PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA CHAPADA DIAMANTINA, SEMIÁRIDO DA BAHIA	
<i>Gustavo Bittencourt Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918024	
CAPÍTULO 5	68
AGRICULTOR GESTOR OU AGRICULTOR OPERACIONAL? NÍVEL GERENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SERTÃO – RS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Elisane Roseli Ulrich Zanelato</i>	
<i>Josieli Furlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918025	
CAPÍTULO 6	84
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS: ANÁLISE SISTÊMICA PARA PROPRIEDADES RURAIS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Vanusa Rossetto</i>	
<i>Géssica Giotti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918026	
CAPÍTULO 7	101
HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE FLORIANO PEIXOTO	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Luzana Giaretta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918027	

CAPÍTULO 8	117
VALUATION DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E PREÇO DE ADESÃO À SOCIEDADE	
<i>Bruno José Canassa</i>	
<i>Davi Rogério de Moura Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918028	
CAPÍTULO 9	134
A POLITICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
<i>Francisco Clesson Dias Monte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918029	
CAPÍTULO 10	148
PROTAGONISMO E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NO SUL GAÚCHO	
<i>Fabiana da Silva Andersson</i>	
<i>Fernanda Novo da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180210	
CAPÍTULO 11	161
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL	
<i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
<i>Carlos Francisco Bitencourt Jorge</i>	
<i>Carlos Eduardo Moreno dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180211	
CAPÍTULO 12	181
ACORDO COMERCIAL MERCOSUL / UE: IMPACTOS NAS IMPORTAÇÕES DO PARAGUAI	
<i>Victor Ramón Enciso Cano</i>	
<i>Manuela Castillo Quero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180212	
CAPÍTULO 13	197
BIODIESEL POLICY AND RAW MATERIAL ACQUISITION IN PARANÁ STATE: A CASE ABOUT BRAZILIAN BIODIESEL NATIONAL PROGRAM	
<i>Manoela Silveira dos Santos</i>	
<i>Cristiano Stamm</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180213	
CAPÍTULO 14	213
INDICADORES DE VANTAGEM COMPARATIVA DAS REGIÕES DO BRASIL	
<i>Luana Vaniely de Oliveira</i>	
<i>Adonias Vidal de Medeiros Júnior</i>	
<i>Meire Eugênia Duarte</i>	
<i>Genivalda Cordeiro da Costa</i>	
<i>Ana Cristina Nogueira Maia</i>	
<i>Gerlânia Maria Rocha Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180214	

CAPÍTULO 15	229
CONDICIONANTES E ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Graziela Corazza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180215	
CAPÍTULO 16	239
A EVOLUÇÃO COMÉRCIO AGROLIMENTAR MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO POLO AÇU- MOSSORÓ: UMA ABORDAGEM DE REDES	
<i>Thales Augusto Medeiros Penha</i>	
<i>Paulo Ricardo da Silva Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180216	
CAPÍTULO 17	255
SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: O CASO DA EMBRAPA	
<i>Karine Daiane Zingler</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180217	
CAPÍTULO 18	270
A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL PARA A GESTÃO DO COOPERATIVISMO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DO PARANÁ	
<i>Fábio Corbari</i>	
<i>Wilson João Zonin</i>	
<i>Vinícius Mattia</i>	
<i>Marcos Roberto Pires Gregolin</i>	
<i>Patrícia Inês Costa</i>	
<i>Jefferson dos Santos Vorpapel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180218	
CAPÍTULO 19	286
POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO FENÔMENO NO ESPAÇO RURAL	
<i>Daiane Loreto de Vargas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	298

PERCEPÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUIÇÕES FORMAIS

Noellen Silva Amorim Feuser

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul –
UEMS
Ponta Porã/MS

Carlo Otávio Zamberlan

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul -
UEMS
Ponta Porã/MS

RESUMO: As instituições podem ser consideradas elementos de grande importância na dinâmica do desenvolvimento, sua influência no comportamento humano possibilita decisivas alterações estruturais que pode tanto facilitar o processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico, quanto também pode impor normas sociais que restringem uma conduta evolucionista. Este trabalho busca compreender o papel e influências das instituições formais agropecuárias no processo de escolha da tecnologia no campo. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com dados essencialmente primários e tratados pelo método de análise de conteúdo. Observam-se, pelos resultados, que a participação da instituição formal Embrapa foi considerada pouco influente no processo de escolha da tecnologia no campo pelos produtores de ambas as localidades pesquisadas (Passo Fundo / RS e Ponta Porã/MS), porém, uma instituição

com elevada credibilidade e reconhecimento por seu papel desempenhado no passado para evolução das tecnologias rurais. Já para as Cooperativas Agroindustriais, os resultados foram divergentes entre os municípios, para o primeiro esta relação tem influências significativas no processo tecnológico, propiciado principalmente pelas informações técnicas disponibilizadas. Para o segundo, a percepção generalizada entre os produtores pesquisados é que as cooperativas não contribuem para o progresso tecnológico, pois sua ênfase está pautada apenas no interesse econômico/comercial das negociações.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalismo. Comportamento humano. Aprendizagem. Inovação tecnológica.

ABSTRACT: Institutions can be considered elements of great importance in the dynamics of development, their influence on human behavior enables decisive structural changes that can both facilitate the process of capital accumulation and incorporation of technical progress, as well as impose social norms that restrict conduct Evolutionist. This paper seeks to understand the role and influence of formal agricultural institutions in the process of choosing technology in the field. It is a qualitative research, with essentially primary data and treated by the method of content analysis. The results show

that the participation of the formal institution Embrapa was considered to be of little influence in the process of choosing the technology in the field by the producers of both locations (Passo Fundo / RS and Ponta Porã / MS). High credibility and recognition for their role in the past for the evolution of rural technologies. For the Agroindustrial Cooperatives, the results were divergent among the municipalities. For the former, this relationship has significant influence on the technological process, mainly provided by the technical information provided. For the second, the generalized perception among the producers surveyed is that cooperatives do not contribute to technological progress because their emphasis is based only on the economic / commercial interest of the negotiations.

KEYWORDS: Institutionalism. Human behavior. Learning. Technologic innovation

1 | INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro vem passando por profundas transformações, principalmente no que se refere à dinâmica do processo produtivo causado pelo avanço da tecnologia agrícola. Instaurado pela Revolução Verde, a modernização do campo no Brasil ocorreu a partir dos anos de 1960, período que se iniciou um novo padrão de produção e “desenvolvimento” caracterizado pela adoção de pacotes tecnológicos voltados à produção de larga escala e uso intensivo do solo.

Alicerçada por estas transformações estruturais do setor, uma nova racionalidade produtiva foi sendo implantada na relação homem e natureza, rotulado como um modelo agrícola “moderno”. Esta situação representa um cenário desafiador para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e, nesta conjuntura, se faz interessante compreender a relação produtor rural/ instituições formais, principalmente se estas desempenham um papel de centralidade na escolha das tecnologias adotadas no campo.

Diversos são os fatores que interagem entre si para inibirem ou promoverem a adoção da tecnologia. Segundo Souza Filho *et al.* (2011, p. 250), ‘o processo de adoção e difusão de tecnologia é complexo e inerentemente social, influenciado pelos pares, agentes de mudanças, pressão organizacional e normas sociais’, ou seja, o padrão tecnológico e a decisão de adotar novas tecnologias estão relacionados com o contexto institucional e econômico, no qual a inovação será introduzida.

O papel estratégico proferido pelas instituições pode transformar e denominar a maneira como os indivíduos agem em seu ambiente. Considera-se que são as instituições presentes em uma sociedade que determinarão a sua condição futura, elas importam porque geram, viabilizam ou influenciam as inovações tecnológicas, fomentando o progresso, mas também podem oferecer barreiras e/ou regras que limitam o processo evolutivo. (CONCEIÇÃO, 2002)

Em busca de uma compreensão sobre as dimensões da relação entre instituições

e adoção de inovações tecnológicas no meio rural, este trabalho utiliza as abordagens da corrente institucionalista que teve sua origem nos trabalhos clássicos de Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, configurando o “Velho Institucionalismo” e a “Nova Economia Institucional” (NEI), com destaque aos trabalhos de Ronall Coase, Oliver Williamson e Douglass North.

Este trabalho abre uma discussão sobre as instituições e a adoção de tecnologia no campo, um ensaio acadêmico que busca compreender a economia regional de uma maneira não usual, uma análise cujo foco está na percepção e relacionamento dos produtores rurais junto às instituições formais. O que se pretende evidenciar é que assim como os indivíduos, as instituições desempenham um importante papel na dinâmica do desenvolvimento, e podem ser consideradas um elemento fundamental para a compreensão das diversas possibilidades e trajetórias evolucionistas de um grupo social.

2 | INSTITUIÇÕES

A definição do termo “instituições” não possui um consenso comum entre os pesquisadores. Conceição (2002) afirma que é necessário inserir o conceito de instituição em seu respectivo contexto teórico, porque mesmo tendo seu eixo analítico, as instituições abrigam diferentes enfoques, às vezes inconciliáveis. Reconhecer essas diferenças conceituais e analíticas não significa consagrar uma abordagem mais institucionalista que a outra, pois todas possuem nas instituições sua principal unidade de análise.

No artigo *Institutional Economics* de 1931, Commons, um representante do velho institucionalismo, apresenta a maturidade em que se deve ter em definir instituições. Segundo o autor, deve-se tomar cuidado na definição de instituições para não virar uma representação de qualquer coisa, simplesmente para que os fenômenos econômicos e comportamentais possam ser explicados pela simples invocação das instituições. Existe a impressão de que qualquer comportamento econômico é uma instituição, todavia o autor a define como uma ação coletiva no controle, liberação e expansão de ação individual, economia institucional é como uma ciência econômica comportamental que necessita de análises de causas, efeitos e ou finalidades.

Outras definições apontam as instituições como hábitos comuns compartilhados por uma sociedade e que rotinizados se tornam uma regra de comportamento. As instituições segundo Rutherford (1994, p. 182) apud Pondé (2005), “são uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamentos em situações específicas, e que se autopolicia ou é policiada por uma autoridade externa”.

Para Veblen, como para outros institucionalistas, as instituições eram mais que meramente pressões sobre a ação individual, mas encarnadas geralmente a certas

maneiras de pensar e de se comportar. Assim, educados sob o domínio institucional, as preferências e os valores dos indivíduos são moldados. (RUTHERFORD, 2001)

Segundo o antigo pensamento institucionalista, o ambiente econômico não propicia certezas para decisões racionais. Por mais que o indivíduo planeje sua estratégia de ação, primando pelo objetivo otimizador, nada pode garantir que esse indivíduo obtenha um resultado baseado na razão. O ambiente social é recheado de incertezas, e o comportamento humano sofre influências de instituições formais e informais. (BARCELOS, 2011)

Andrews (2005) afirma que as mudanças institucionais, na perspectiva de North, apresentam o papel das instituições como detentoras do potencial evolutivo. Essa visão é a crença que não é apenas por lapsos individuais que os indivíduos, grupos e/ou sociedade determinam escolhas, mas também por aprendizado através do tempo. Esse aprendizado é personificado e transmitido às próximas gerações pela cultura da sociedade. As construções mentais dos indivíduos são derivadas de experiências, contemporâneas e históricas. O resultado é um complexo *mix* de restrições formais e informais. Essas restrições estão arraigadas na linguagem e nas crenças, que conjuntamente, definem o padrão de comportamento da interação humana. (ALBERT, QUADROS e PENGO, 2009).

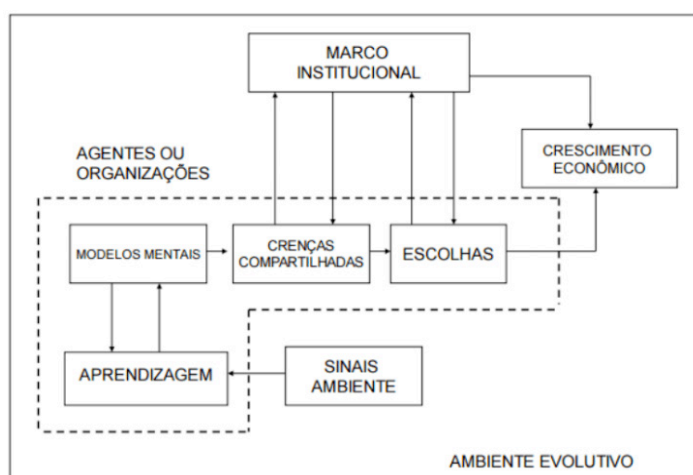


Figura 1: Esquema Institucionalista de crescimento a partir de Douglass North

Fonte: Lopes (2013)

Pode-se afirmar que a influência das instituições nas ações humanas é constante e que o arranjo institucional possibilita decisivas alterações estruturais. Segundo Sen Amartya (2009), o ambiente onde os indivíduos vivem e atuam é formado por instituições e sua influência na vida das pessoas favorece o exercício das habilidades individuais, justamente por analisar as prioridades que devem ser consideradas.

Sumarizando a abordagem institucionalista, Hodgson (2000, p.327) afirma que “a característica mais importante do institucionalismo é a ideia de que o indivíduo é social e institucionalmente constituído”.

2.1 Veblen, Commons e Mitchell: o Antigo Institucionalismo

A denominação “velho institucionalismo”, no entanto, não se refere a algo extinto ou desativado, mas a uma proposta teórica cujos elementos mais comuns, segundo Pondé (2005) *apud* Lemos (2013) são: a ênfase nas relações de poder; o ceticismo na avaliação das instituições do ponto de vista de suas eficiências relativas; o foco de análise no processo. O núcleo do pensamento da escola institucionalista, segundo Conceição (2002) está relacionada aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução.

Os principais aspectos que se encontram no âmago da agenda de pesquisa da escola institucionalista, no que tange ao processo de transformação e crescimento das economias nacionais, segundo Conceição (2008, p.88) é de que: i) a história importa; ii) as formas de crescimento capitalista são diferenciadas e múltiplas e iii) o processo de crescimento é contínuo e tem raízes históricas profundas.

Hodgson (2004) afirma que Veblen compartilhava com Karl Marx e Émile Durkheim o pensamento de que os indivíduos, desde o seu primórdio (nascimento), se deparavam com um conjunto de instituições e com uma estrutura social que já estava lá muito antes desses serem concebidos. Desta forma, verifica-se que as instituições são herdadas da situação social anterior e não surgem espontaneamente como forma de coordenar os agentes econômicos.

Percebendo a importância do caráter histórico no processo de cumulação institucional, se torna relevante indagar: como as instituições se originaram? Para responder esta pergunta, Casteli e Conceição (2014) apontam a teoria dos instintos de Veblen (1965). Nesta teoria o autor afirma que cada sociedade possui uma dotação inicial de instintos e esses, por sua vez são um ponto de partida para a evolução cumulativa dos hábitos e, posteriormente, das instituições.

Considerando também os instintos como o ponto de partida à evolução das instituições, Barcelos (2011), afirma que as instituições formam o comportamento, mas também são influenciadas pelos indivíduos. Segundo Veblen *apud* Albert, Quadros e Pengo (2009), o comportamento humano é dominado por hábitos de pensamento, por sua vez, os hábitos estão enraizados como instintos.

Segundo Silva (2010), o termo instinto foi utilizado como centralidade para o entendimento da argumentação de Veblen, em seu terceiro livro, *The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts*, publicado em 1914. Segundo a autora, considerado o trabalho mais eloquente para o tema institucionalismo.

Primeiramente, Veblen sustenta que a natureza humana é conduzida por “disposições instintivas” e através delas o comportamento humano no grupo é moldado. Segundo o autor (1989, p.1) *apud* Silva (2010), os instintos, que permeiam o homem, aparecem como “propensões inatas” e de seu funcionamento “brotam não só o propósito e a eficiência da vida, mas também seus prazeres substanciais e sofrimentos”. Além disso, na opinião de Veblen, o instinto da natureza humana somente se torna completo

se agregar o elemento teleologia. Conforme relatado:

Ação instintiva é teleológica, consciente então, e o alcance teleológico e visado de cada propensão instintiva difere caracteristicamente de todo o resto. Os vários instintos são categorias teleológicas, e são, num uso coloquial, distinguidos e classificados sobre o terreno de seu conteúdo teleológico. (...) ‘Instinto’, contrariamente à ação tropismática, envolve consciência e adaptação para um fim visado” (1989, p. 3-4)

Um outro termo utilizado por Veblen, em seus argumentos são as ações tropismáticas¹, ou seja, ações humanas provocadas por meros reflexos. De acordo com Cavalieri (2013; 2009), na teoria de Veblen diferentemente das ações tropismáticas, entende-se que os instintos são definidos como uma natureza humana que envolve algum grau de deliberação consciente, ou seja, ações racionais na direção de um determinado fim. Os instintos são, então, um resultado do processo evolutivo, são caracteres presentes nos homens, transmitidos hereditariamente, e que devem ter sido fundamentais na sobrevivência da espécie.

O conjunto das ações a serem tomadas para se chegar a um fim, ditado por alguma propensão instintiva seria uma questão de deliberação humana, do uso da inteligência. O nível de conhecimento disponível no grupo condiciona os meios pelo qual são empregados seus esforços. De acordo com Cavalieri (2009), esta situação foi abordada por Veblen em:

Quanto mais alto o grau de inteligência e quanto maior o corpo de conhecimento disponível atualmente em qualquer comunidade, mais extensiva e elaborada será a lógica dos caminhos e meios interpostos entre esses impulsos [propensões instintivas] e sua realização, e mais multifacetado e complicado será o aparato de conveniências e recursos empregados para acompanhar tais fins, os quais são instintivamente dignos de valor (Veblen, [1914] 2004b, p. 6).

Nesta concepção, Albert, Quadros e Pengo (2009) reforçam que no pensamento de Veblen, os elementos instintos, hábitos e racionalidade estão interligados. No entanto, rejeita o fato de que os indivíduos são escravos obedientes de seus hábitos e instintos, para o autor, os indivíduos são capazes de refletir acerca deles. Como se pode observar no trecho abaixo:

Como outros animais, o homem é um agente que atua em resposta a estímulos produzidos pelo ambiente em que vive. Como outras espécies, ele é uma criatura de hábitos e propensões. Entretanto, em grau mais elevado que as outras espécies, o homem medita sobre o conteúdo dos hábitos que o guiam, e avalia a tendência desses hábitos e propensões. Ele é notavelmente um agente inteligente. Por necessidade seletiva, ele é dotado com uma inclinação para as ações intencionais (Veblen, 1989, p. 80).

1 Veblen (1989, p.9) fala em “sensibilidade tropismática”, como ato reflexo exclusivamente originado de estímulos psicológicos ou fisiológicos, quando pretende caracterizar uma ação humana involuntária e isenta de qualquer racionalidade.

Para Commons (1931), uma instituição é como uma ação coletiva, onde diversos costumes convencionados e estruturas sociais funcionam como uma espécie de “regras de funcionamento”, controlando o que os indivíduos devem ou não fazer em sociedade. Segundo Casteli e Conceição (2014), esta visão é praticamente um regramento, muito próximo do que virá a ser o conceito adotado pela Nova Economia Institucional.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

Como procedimento metodológico adotado, este estudo utiliza prioritariamente o método qualitativo e se caracteriza como sendo exploratório-descritivo. Denzin e Lincoln (2000, p.1) apontam que na pesquisa qualitativa os pesquisadores estudam os fatos em seu cenário natural, buscando interpretar e entender o fenômeno com os significados que os indivíduos atribuem a ele. Envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do objeto de estudo.

O trabalho caracteriza-se como exploratório, pois busca analisar os aspectos comportamentais dos produtores rurais e as ações das Instituições ligadas à agropecuária no processo de adoção tecnológica no campo, um assunto com pouca incidência de estudos. Descritivo porque busca descrever a percepção dos produtores quanto à influência institucional, às práticas adotadas e os principais motivadores para as mudanças.

3.1 População e Amostra

A pesquisa utilizou amostra intencional (não probabilística), ou seja, amostra selecionada mediante o julgamento do pesquisador, em que este escolhe elementos que considere representativos para o objeto de pesquisa. Por ser uma pesquisa de base qualitativa, esta escolha se deu pela impossibilidade de acesso ao total da população, ou seja, de todos os produtores rurais, das duas localidades, e também pelas limitações de tempo e recursos financeiros.

A população estudada foi composta por instituições do setor agropecuário e produtores rurais dos dois municípios pesquisados, Ponta Porã/MS e Passo Fundo/RS. As instituições formais rurais pesquisadas estão ligadas à inovação tecnológica, geração de conhecimentos, assistência técnica e instituições com poder de representatividade dos produtores rurais. As instituições formais escolhidas para análise foram: os Sindicatos Rurais – atuantes nos municípios pesquisados e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), órgão federal de pesquisa na geração de conhecimento, tecnologia e inovação para a sustentabilidade da agricultura. Em Mato Grosso do Sul, a unidade da Embrapa pesquisada foi a Agropecuária Oeste, localizada no município de Dourados a uma distância de 122 Km do município de Ponta Porã/MS, por não haver unidade instalada no próprio município e por esta ser

a unidade da Embrapa referência para os produtores da cidade. Em Passo Fundo, a unidade pesquisada foi a Embrapa Trigo, instalada desde 1973 dentro do próprio município.

A pesquisa foi realizada com quatro representantes de instituições formais, que inclui o pesquisador da Embrapa de Passo Fundo/RS, Dr. Renato Serena Fontaneli; o pesquisador da Embrapa de Dourados/MS, Dr. Julio Cesar Salton; e os atuais presidentes dos Sindicatos Rurais dos dois municípios.

Também foram pesquisados dez produtores rurais, cinco de cada localidade, cujo perfil da propriedade rural se assemelha a grande parte da região. Segundo Ilha *et al.* (2002) a região norte do Rio Grande do Sul, no qual se encontra a cidade de Passo Fundo, apresentou significativas mudanças na estrutura das propriedades rurais nos últimos anos e prevalecem, atualmente, as propriedades familiares diversificadas de porte pequeno² e médio. Para Cardim *et al* (2016), diferentemente das características acima descritas, em Mato Grosso do Sul, prevalecem as propriedades produtivas de porte médio e grande.

Esta informação é reforçada por Almeida (2011) *apud* Laluze,(2013) com base nos dados dos Censos 1995/96 e 2006, onde afirma que em Mato Grosso do Sul, os estabelecimentos menores que 200 ha representam apenas 4,11% da área e as unidades maiores de 2.000 ha, representam 63,42%.

3.2 Manejo e Análise de Dados

As fontes de dados utilizadas na pesquisa se constituem basicamente de dados primários. Os dados foram coletados, por meio de entrevistas semiestruturadas com base em um roteiro composto por questões básicas e principais para responder os objetivos propostos. Esse instrumento de coleta de dados contém questões fechadas, para caracterização das unidades de produção agropecuária, e questões abertas, sendo algumas caracterizadas como perguntas geradoras de narrativa.

A entrevista semiestruturada permite, durante o processo, a realização de outras questões complementares sobre o tema problema, mediante as circunstâncias momentâneas. Este tipo de entrevista não condiciona as respostas do entrevistado a uma padronização de alternativas, as informações são repassadas de forma mais “livre”. (MANZINI, 2003).

Os instrumentos de coleta de dados (questionários/roteiros) foram submetidos

2 As propriedades rurais são classificadas de acordo com o tamanho da área. São embasadas pelo número de Módulos Fiscais, podendo ser: pequena, média e grande. O módulo fiscal, expressa a área mínima (medida em hectares) necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. Segundo a Lei nº 8.629/1993 conceituam-se: Pequena Propriedade - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; Grande Propriedade - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. Expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, cada município possui uma unidade de medida de área fixada, pois seu cálculo leva em consideração particularidades locais (ver art. 50, Lei 4.504/64). Para o município de Passo Fundo/RS um módulo Fiscal corresponde a 16 ha e em Ponta Porã/MS é de 35 ha.

a um pré-teste no mês de março de 2016, para identificação e correção de possíveis falhas em sua elaboração. Nesta etapa, o instrumento passou por uma avaliação com dois produtores rurais e duas instituições formais, com características semelhantes as da amostra escolhida para o trabalho.

Desta forma, como resultado do pré-teste, foi identificada a necessidade de realizar alguns ajustes, principalmente no que se refere à linguagem, substituindo termos técnicos da teoria para uma linguagem mais cotidiana do produtor, cujo intuito seria a melhor compreensão por parte dos entrevistados, auxiliando-os na contextualização do tema.

A coleta de dados ocorreu no período de março a abril de 2016. As entrevistas tiveram uma duração média de sessenta minutos e foram gravadas em áudio e/ou vídeo com auxílio de aparelhos digitais (Tablet Samsung mod. ST- P5100 e Câmera Nikon mod. Coolpix P520) e posteriormente transcrito para a realização da análise.

Empresa	Tipo	Profissional	Entrevista
A	Instituição Formal Sindicato Rural	1 Passo Fundo	AIF1PF
B	Instituição Formal Embrapa	2 Passo Fundo	BIF2PF
C	Instituição Formal Sindicato Rural	1 Ponta Porã	CIF1PP
D	Instituição Formal Embrapa	2 Ponta Porã	DIF2PP
A	Produtor Rural	1 Passo Fundo	AP1PF
B	Produtor Rural	2 Passo Fundo	BP2PF
C	Produtor Rural	3 Passo Fundo	CP3PF
D	Produtor Rural	4 Passo Fundo	DP4PF
E	Produtor Rural	5 Passo Fundo	EP5PF
A	Produtor Rural	1 Ponta Porã	AP1PP
B	Produtor Rural	2 Ponta Porã	BP2PP
C	Produtor Rural	3 Ponta Pora	CP3PP
D	Produtor Rural	4 Ponta Pora	DP4PP
E	Produtor Rural	5 Ponta Pora	EP5PP

Quadro 1: Identificação das Instituições e Produtores Rurais Entrevistados

Fonte: Elaboração Própria

A partir dos dados coletados, a técnica análise de conteúdo foi considerada como a mais apropriada para o tratamento dos dados da pesquisa. A técnica de análise de conteúdo possibilita diversos benefícios à pesquisa. Segundo Bardin (2004, p.37), esta ferramenta consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Segundo Laville e Dione (1999), uma das primeiras tarefas do pesquisador, quando se utiliza a análise de conteúdo, é agrupar em categorias recortes dos conteúdos, o que constitui as unidades de análise do trabalho. Bardin (2006), afirma que esta técnica está dividida em três etapas: etapa da pré-análise, etapa da exploração do material e a etapa do tratamento dos resultados, (interpretação e inferência).³ O tratamento dos dados da pesquisa foram construídas por estas etapas metodológicas a partir de uma leitura prévia do conteúdo, além de respaldadas pelo referencial teórico.

De acordo com Freitas e Moscarola (2002), a análise de conteúdo consiste em ler e anotar o conteúdo do que é lido, após uma codificação, com a possibilidade de enriquecer os temas que se estão sendo interpretados. Nesse tipo de análise o texto é lematizado, ou seja, marcam-se no texto as diferentes categorias gramaticais para auxiliar na formação de léxicos estruturados ou selecionados, onde palavras e expressões de significados semelhantes são agrupadas, facilitando a análise posterior de citações por parte do pesquisador. Após agrupar palavras e expressões, o pesquisador se depara com léxicos estruturados que permitem uma estrutura estatística que dá a indicação do conteúdo e, através de navegação no texto o pesquisador busca os significados de citações permitindo a interpretação.

Desta forma, mediante os textos das transcrições das entrevistas, a primeira etapa da análise de conteúdo foi a identificação das palavras chave, ou seja, as palavras citada com maior frequência no discurso dos entrevistados. O propósito desta análise é auxiliar na identificação dos principais aspectos/pontos abordados nas entrevistas. Nesta etapa, utilizou-se o software NVivo 11 Pro, onde todas as entrevistas foram “carregadas” no software para o processo da pesquisa e foram retiradas, mediante a aplicação da ferramenta, as expressões como: “um”, “que”, “tem”, “então”, “até”, etc. A análise gerou aproximadamente 120 palavras chave, (com frequência igual ou superior a dez), passíveis de serem analisadas.

O recurso tecnológico permite organizar e/ou codificar as fontes sobre um determinado tópico em um “Nó”, ou seja, um recipiente de armazenamento por assunto. Conforme se codificam as fontes é possível iniciar as análises, podendo refletir sobre os tópicos separadamente, comparar atitudes, descobrir rotinas e padrões, dentre outros.

As categorias relacionadas às Instituições Formais foram pautadas nas narrativas dos entrevistados e também classificadas em cinco categorias distintas: Ações Desenvolvidas /Transferência de conhecimentos, Comportamento percebido referente à adoção de tecnologias pelo produtor rural, Tecnologias e Pesquisas e Sistemas Integrados de Produção Agropecuária.

Então, foram usados como métodos a pesquisa exploratória-descritiva, com levantamento de dados primários e qualitativos, analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, onde foram geradas diversas categorias e subcategorias, que permitem um olhar científico a respeito do objeto de pesquisa.

3 Ver Silva e Fossá (2013)

4 | RESULTADOS

Busca-se evidenciar nesta sessão, mediante a percepção dos produtores rurais entrevistados, a seguinte indagação: as instituições formais: Embrapa e as Cooperativas Agroindustriais das respectivas localidades (Ponta Porã/MS e Passo Fundo/RS) possuem participações no processo de adoção de tecnologia no campo? Qual sua imagem e/ou credibilidade?

4.1 Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária - Embrapa

A Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária - Embrapa, é uma empresa de inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para agropecuária brasileira, cuja missão é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da sociedade. (EMBRAPA, 2016)

Para a maioria dos produtores pesquisados, independentemente do município, a percepção identificada foi que a instituição Embrapa atualmente se apresenta pouco influente para processo de conhecimento e decisões em tecnologia para a propriedade. Ficou evidente o reconhecimento de sua participação nos avanços do setor agrícola, pelas inúmeras pesquisas desenvolvidas no passado; no entanto, segundo os produtores, atualmente ela tem ficado estagnada. A percepção é que a instituição parou no tempo e foi “engolida” por empresas privadas agropecuárias na geração de pesquisas. A Figura 11 ilustra esta situação:

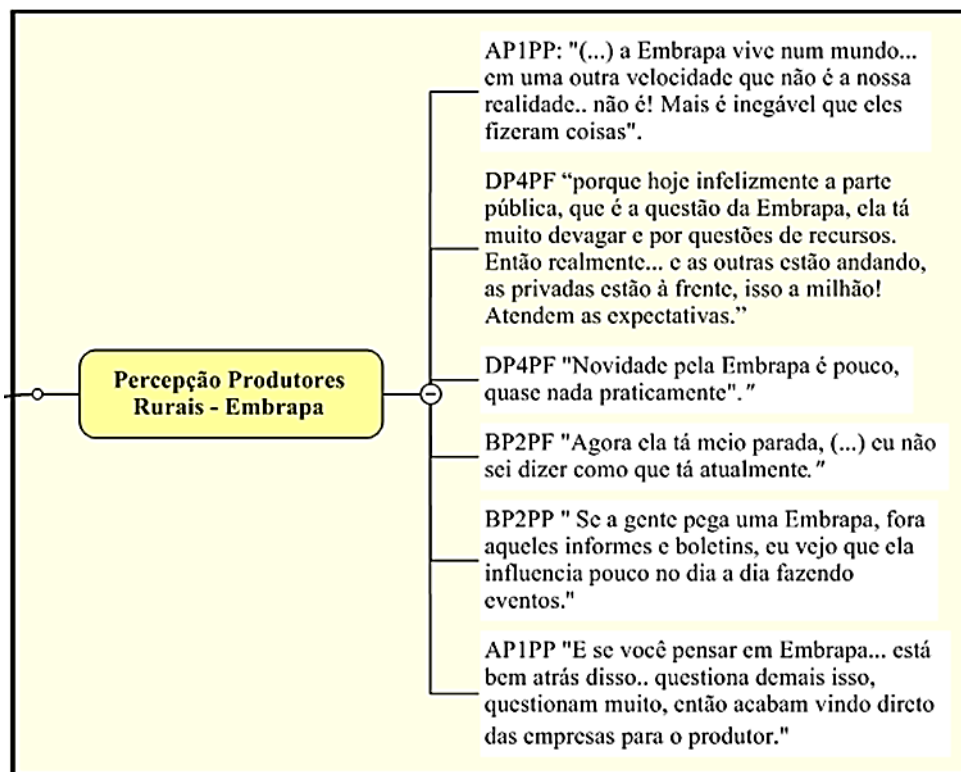


Figura 2: Percepção Produtores Rurais Embrapa

Fonte: Elaboração Própria – dados da pesquisa

Para visualizar ainda melhor esta situação, os relatos que seguem reforçam esta imagem dos produtores de que a instituição está “adormecida” no tempo. Porém, também se observa grande aprovação/credibilidade por eles como sendo uma instituição de indiscutível potencial em geração de conhecimentos e detentora de ótima estrutura e profissionais.

Não sei, eu acho que ela parou no tempo, isso que tem gente lá altamente capacitada ali, que pode fazer a diferença, mas infelizmente não tá sendo aproveitado esse potencial que os cara tem, é uma pena! Uma estrutura, e não é só estrutura, é gente, é gente, eu acho que é uma questão de gestão que tá faltando lá. (Produttore CP3PF)

(...) eu tenho que reconhecer que a Embrapa fez algumas coisas interessantes para a nossa agricultura, mas como não houve uma renovação na Embrapa, faltou isso. Não vai ser através da Embrapa, a empresas dessa maneira... que eles não conseguem hoje, vamos falar assim, ser tão ouvidas já mais pelo mercado. Eu acho que ela parou no tempo entendeu. E acho que ela precisa renovar, vou dizer, tem gente boa, mais esse pessoal também o nível de informação que eles têm é muito lento. Porque o mercado acaba que... Olha! Aquilo lá é uma barreira. Não vamos nem lá! (Produtor AP1PP)

Outro aspecto observado é a forma como os produtores justificam esse ocorrido, ou seja, as causas desse distanciamento entre instituição-produtor. Dentre as principais hipóteses geradas pelos produtores, a falta de apoio oficial (financeiro) foi a mais citada, justamente pelo fato de ser uma instituição pública e dependente de recursos governamentais. Desta forma, a indisponibilidade financeira não permite acompanhar as empresas privadas do setor em pesquisas tecnológicas. Como atesta o relato:

Olha, a Embrapa ela sempre foi renegada pelo governo, a nossa Embrapa aqui tá sempre no vermelho, não tem verba pra desenvolver, como assim ó, novos cultivar, não tem dinheiro pra isso aí. Ela sempre vive “capengueando”, poderia ser bem melhor, mais mesmo assim se aproveita de muita coisa da Embrapa. AP1PF

Nesta linha em que se busca compreender a relação existente entre a Embrapa e os produtores rurais pesquisados, também se faz interessante destacar a percepção da própria Instituição Embrapa, nesta pesquisa, representada pelo pesquisador BIF2PF. Foi possível identificar uma concordância quanto à existência de um distanciamento (instituição-produtor), porém, especialmente entre alguns perfis de produtores rurais.

O pesquisador justifica este ocorrido mediante afirmação de que nem todos os produtores precisam e/ou dependem das pesquisas realizadas pela Embrapa, as estruturas e bases de pesquisas de alguns produtores os tornam independentes. Para o pesquisador entrevistado, os tempos são outros e diferentemente de um tempo atrás, em que havia apenas a Embrapa com este propósito de gerar e disseminar conhecimento, hoje, grandes empresas comerciais também desenvolvem pesquisas e ações para o setor, conseguindo na maioria das vezes serem mais atuantes e agressivas no processo de difusão de tecnologias.

É positiva, é claro que o que a gente percebe assim que aqueles produtores de tecnologia de ponta... têm muitos produtores que são independentes né, que não dependem mais da Embrapa, estão andando com a perna própria. (...) Então tem grandes empresários aí que não tão nem dando mais importância, tem produtores aí que já tem programas de melhoramento, estão lançando suas próprias cultivares, então tem uma vida própria! A gente acaba interagindo também né, mais se foi aquele tempo que tinha o dia de campo da Embrapa e era o único. Não, hoje cada instituidor desse faz um dia de campo. Então eu diria que pra esse tipo de seguimento a Embrapa tem sido menos procurada do que já foi, isso aí a gente percebe. Tem muitos programas já com as companhias de agroquímica, então já sai os pacotes tecnológicos, daí vendem, por exemplo, pegar instituições, empresas fortes de melhoramento e tem uma equipe de permeabilidade, parte comercial muito mais atuante, muito mais ativa do que as instituições públicas. Então acaba sendo mais agressivas no mercado, acaba lá atendendo uma linha de produtores que infelizmente não temos agilidade pra atingir, para competir. BIF2PF,

Existem ainda algumas outras percepções identificadas, que se referem ao relacionamento junto a esta instituição, que diferem entre os produtores dos municípios pesquisados. Na cidade de Passo Fundo/RS, existe uma unidade da Embrapa ativa que foi instalada no ano de 1973, e acredita-se que por esta situação, ou seja, pela aproximação geográfica com os produtores é que gerou uma sensação de pertencimento e de segurança técnica/teórica. Esta situação ficou evidenciada, principalmente pelas unidades possuírem estruturas de pesquisa/laboratórios à disposição do produtor a qualquer momento e para diversas necessidades. O relato que segue aponta nesta direção:

A Embrapa também é muito ativa aqui na nossa região é um intercambio muito grande com o produtor. A Embrapa visita propriedade, ela tem o laboratório à disposição, a gente é muito bem recepcionado quando vai na Embrapa. A Embrapa aqui em Passo Fundo, daqui da nossa região é a Embrapa Trigo, mais não trabalha só com trigo, trabalha com outras culturas, outras sementes também. Inclusive tem culturas de sementes de verão de soja principalmente, nos cultivares próprios deles. Estamos muito satisfeitos com a presença da Embrapa aqui, apesar das dificuldades financeiras, falta de repasses de verbas oficiais, ainda eles estão fazendo um bom trabalho. (Produtor EP5PF)

Para os produtores de Ponta Porã esta realidade é outra, o município não dispõe de uma unidade da Instituição e, tão pouco uma Unidade de Referência agrícola para demonstrações e testes de tecnologias. A instituição mais próxima está localizada no município vizinho de Dourados, que fica aproximadamente 120 km de distância de Ponta Porã. Desta forma o que se verificou na pesquisa é um distanciamento ainda maior do que encontrado no município sulino, há um elevado desconhecimento sobre as ações e pesquisas desenvolvidas pela unidade.

(...) nos temos aqui em Dourados a Embrapa Centro Oeste que trabalha mais com o sistema de integração, que integra agricultura pecuária; agricultura floresta, reflorestamento e tal, mais assim, (...) o contato com o corpo técnico deles assim, frente a frente é muito raro. BP2PP

Embrapa nos temos em Dourados, aqui em Ponta Porã não funciona mais, eles

tem uma área deles, mais não estão fazendo mais testes, tá parado. Saia eventos e palestras a quatro e cinco anos atrás, hoje aqui não tem nada, só tem em Dourados. Tá meio sem investimento. Tem um pessoal que da palestras trazidas pelas empresas com o pessoal da Embrapa, mais daí já é o resultado que eles vão falar em cima de pesquisas, não teste campo (...). Agora eles dizer assim: Ah! nos temos o nosso campo lá. Não tem, aqui em Ponta Porã não tem mais. (Produtor DP4PP)

Por fim, de uma maneira geral, a pesquisa apontou a existência de uma lacuna entre a instituição Embrapa e os grandes e/ou produtores rurais de referência. Este resultado aponta um fator limitador para o alcance dos objetivos traçados pela própria instituição, onde se busca desenvolver uma agricultura sustentável em benefício da sociedade através das pesquisas e inovação. Esta afirmação se dá justamente porque esse perfil de produtores (resultado identificado na pesquisa) é um dos mais influenciadores para adoção e disseminação de tecnologia para produtores de menor porte estrutural. E neste ponto, também é relevante reforçar sobre a possibilidade real de influência das instituições de ensino, em Passo Fundo há existência de diversas Instituições de Ensino Superior - IES, dentre elas a UPF; e em Ponta Porã a IFMS, mas que não ocorreu influência, ainda, por ser uma Instituição recente.

4.2 Cooperativas Agroindustriais

As cooperativas agroindustriais, de uma maneira geral, são unidades que buscam congregar esforços na produção, dando suporte aos agricultores e promovendo acesso a informações. Segundo Zylbersztjn (1994), as cooperativas podem ser vistas como formas de integração vertical dos produtores agropecuário, em direção a atividades de comercialização, industrialização e produção de insumos. O mesmo autor afirma que as estruturas cooperativas modernas precisam manter o seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado.

Desta forma, um primeiro aspecto a destacar, quanto à percepção dos produtores para esta instituição, é novamente a existência de disparidades de pontos de vista entre os dois municípios. As manifestações dos entrevistados da cidade de Passo Fundo/RS apontam grande satisfação em participar de cooperativas. O que se percebe é grande dependência comercial e vantagens percebidas nesta relação como: baixos custos, segurança de venda e informações técnicas.

É realmente desde o início da atividade a gente se associou a cooperativa, (...) eu acho que a assistência técnica da cooperativa aos seus associados hoje é bem expressivo, é como disse no início, em torno de 80% da assistência técnica que nos temos, como também 80% da produção é via cooperativa. Custo reduzido, uma forma de tu ter uma assistência com um custo reduzido. E depois é a gestão participativa né. Você se obriga a tomar conhecimento de coisas, que se você ficasse lá parado no fundo do campo lá, você não ia saber. (Produtor EP5PF)

Existe! oh se existe. Aqui tem a Cotrijal que é, até então, uma cooperativa séria, ela paga um pouco menos pelo produto mais ela dá outras chances porque eles compram em grande escala e daí não interessa se o cara é grande ou pequeno

ele vai pegar um preço que um grande pegou, (...) o produtor leva uma certa vantagem. (Produtor AP1PF)

Estas instituições, além de serem vistas como fortes aliadas no processo de desenvolvimento rural e possuírem elevada credibilidade, também são consideradas balizadoras de preço no mercado. Conforme relato: *“Então eu acho que a presença da cooperativa embora traga muitos ônus para o associado e para o produtor, a presença da cooperativa no mercado é muito importante, ela é balizadora de preços, tanto na compra quanto na venda.”* (Produtor EP5PF). Situação esta ocasionada pelo fato de fazer parte de um mercado altamente competitivo onde há participação de grandes empresas multinacionais agropecuárias. Como se observa no trecho a seguir: *“hoje elas competem no mercado com as multinacionais e cabe a nos fazer a escolha, ou você apoia a tua cooperativa ou você apoia as multinacionais que estão te assediando e também oferecendo insumo pra você”*. (Produtor EP5PF)

Outro ponto relevante, identificado junto aos produtores de Passo Fundo, é a visão de que as imposições feitas pelas cooperativas atualmente são bem menores em relação as que existiam há alguns anos atrás, atualmente elas são mais liberais e não impõem um grau de fidelidade elevado. Tal situação pode ser considerada um fator positivo para a relação instituição-produtor.

Por outro lado, diferentemente dos produtores sulinos, em Ponta Porã as cooperativas agroindustriais são vistas como uma empresa privada qualquer, que foram desvirtuadas de seu objetivo principal e se sobressaem ao interesse econômico/comercial. Alguns produtores acreditam que esta perda de visão cooperativista tem relação com as grandes extensões de áreas, característica do estado de Mato Grosso do Sul. Como se observa:

(...) também a gente tem visto que as cooperativas elas se descaracterizaram, não tem mais aquele perfil do associativismo né, de ser uma coisa ... ela já tá muito mais com uma visão comercial do que qualquer outra coisa, mais próximo de uma empresa privada do que uma cooperativa. A cooperativa daqui da região ela é muito diferente do perfil de cooperativa do sul (...). Mas no sul como são pequenos produtores, com áreas pequenas e tal, acho que ela atua de maneira diferente. Quando vem aqui pro MS que são extensões de áreas maiores ela já vem com uma outra visão e eu acho que ela perde a visão cooperativista que tem no sul e ela vem pra cá como uma empresa privada qualquer também. (Produtor BP2PP)

Eu não sou contra cooperativa, veja bem, se você e mais vizinhos seu formarem uma cooperativa e vocês trabalharem junto nessa cooperativa Beleza! Parabéns! A união faz a força? Faz! Agora, cooperativas comerciais me desculpe isso não tem fundamento (...) Empresa! é cooperativa disfarçada de empresas comercial é um absurdo. O que é que nos temos... o modelo extensionista que nos temos hoje é isso! Empresas disfarçadas de cooperativas do governo. (Produtor AP1PP)

Complementando, o que se percebe é que esta percepção dos produtores é um fator determinante pela não participação junto às cooperativas, por mais que visualizem benefícios nesta relação, como preços mais acessíveis na compra de insumos. Identificou-se um conceito institucionalizado entre os produtores: as cooperativas os

atraem com o “chamariz” de preços reduzidos, que na verdade não diferem muito das outras empresas, mas a sua intenção real é a compra futura dos produtos que o produtor fornece a um preço inferior ao mercado.

Mais assim, a cooperativa não te entrega o pacote tecnologia que você precisa, não te entrega o conhecimento que, por exemplo, a iniciativa privada te entrega. (...) A cooperativa simplesmente compra o produto no mercado e vende mais barato, porque ela tem interesse de comprar o seu produto, então ela tem interesse de comprar o seu milho, o seu soja, seu arroz, porque é uma cadeia hoje. A cooperativa ela traz o agricultor pra si, pra comercialização, tanto na venda de insumos quanto... como pra compra de produtos que o produtor fornece (Produtor EP5PP)

Eu não faço parte de cooperativa. Porque nossa cooperativa aqui ela não trabalha como cooperativa, na verdade na nossa região não tem cooperativa. Tem a cooperativa Lar mais ela não é tão cooperativa... é a opinião dos agricultores né. (...) A cooperativa que tem aqui ela trabalha tipo uma multinacional, uma revenda, ela não é como cooperado, fala que tem benefício mais na verdade não tem. (Produtor CP3PP)

(...) eu digo assim, ela consegue vender mais baixo que o mercado. Então é uma isca atrativa pro produtor. Ela tem sete produtos com o preço mais baixo, que juros essas coisas são tudo semelhante, não tem muito milagre não. (Produtor DP4PP).

Além disso, esses argumentos ganham ainda mais força quando relatados que as cooperativas não contribuem para o progresso da agricultura. Conforme trecho da entrevista do Produtor EP1PP: *“Os melhores produtores, eu falo pra você por conhecimento de causa, eu viajo bastante converso (...) e a maior evolução da agricultura está fora da cooperativa. E este fato é ocasionado também pela inversão de valores percebida pelos produtores da cooperativa do MS (ênfase no econômico) e na deficiência de informações e conhecimentos disponibilizados aos associados: “então ela consegue trazer mais valores econômicos do que valores, por exemplo, de conhecimento.”* (Produtor EP5PP).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo maior analisar as percepções e relacionamento existente entre produtores rurais de dois municípios - Ponta Porã/MS e Passo Fundo/RS junto às instituições formais - Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) e as Cooperativas Agroindustriais e se estas desempenham um papel de centralidade na escolha da tecnologia no campo.

Ficaram evidenciados na pesquisa alguns comportamentos existentes na relação produtor/instituições formais que podem atrapalhar e/ou minimizar o processo de adoção de tecnologia no campo. Primeiramente, constatou-se a existência de lacuna/distanciamento da instituição de pesquisa Embrapa junto produtores rurais de porte médio e grande. Esta situação aponta um fator limitador para o objetivo maior da instituição que é o desenvolvimento do setor agrícola, pois este perfil de produtores,

na maioria das vezes, são os grandes influenciadores para tomada de decisão no setor e influenciadores de adoção de tecnologia (modelo/referência).

Além disso, para a maioria dos produtores pesquisados, a instituição Embrapa atualmente se apresenta estagnada e pouco influente para processo de conhecimento e decisões em tecnologia para a propriedade. Há percepção que a instituição parou no tempo e foi “engolida” por empresas privadas agropecuárias na geração de pesquisas.

Nessa mesma análise, agora para as cooperativas rurais, o que ficou evidenciado é que diferentemente de sua missão principal de dar suporte para os produtores rurais, incentivos à comercialização e também promoverem informações no campo tecnológico que possa aprimorar as atividades cotidianas, observou-se no município de Ponta Porã/MS um grande descontentamento e desconfiança para com as cooperativas agroindustriais, estas são vistas pelos produtores pesquisados como uma empresa privada qualquer, que foi desvirtuada de seu objetivo principal e o interesse comercial/econômico é o que prevalece na relação com o produtor, sendo que na maioria das vezes prezando vantagens apenas institucionais.

Finalizando, as limitações deste estudo referem-se ao tamanho da amostra, que se limitou a um grupo de 10 (dez) produtores rurais, outro aspecto, se refere à amplitude de análise, este trabalho se reduziu a algumas instituições formais de pesquisa e de disseminação de conhecimentos, onde por questões de tempo e de recursos financeiro não foi possível, mas poderiam ser investigadas também outras instituições formais como: as universidades da região, as cooperativas e empresas agrícolas comerciais.

REFERÊNCIAS

ALBERT, C. E. ; QUADROS, M. P.; PENGO, I. . Aportes da Economia Institucional e da Psicologia: hábitos e costumes na construção da escolha do agente econômico. **Cadernos de Economia** (Unochapecó. Impresso), v. 12, p. 7-24, 2009.

ANDREWS, C. W. Implicações teóricas do novo institucionalismo: uma abordagem habermasiana. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), Rio de Janeiro, v.48, n.2, p.271-299, 2005.

BARCELOS, O. O Comportamento Humano no Pensamento Institucionalista – uma breve discussão. **Século XXI**, UFSM, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 44-63, jan./jun. 2011

BARCELOS, O. O Comportamento Humano no Pensamento Institucionalista – uma breve discussão. **Século XXI**, UFSM, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 44-63, jan./jun. 2011

BARCELOS, O. O Comportamento Humano no Pensamento Institucionalista – uma breve discussão. **Século XXI**, UFSM, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 44-63, jan./jun. 2011

Bardin, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. 2006 (Obra original publicada em 1977)

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed.. Lisboa: Edições 70, 2004

- Cardim, S. E. C. S., Vieira, P. T. L., Viégas, J. L. R. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/analise_de_estrutura_fundiaria_brasileira.pdf Acesso em: 18 de Maio de 2016.
- CASTELLI, J. R.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Instituições, mudança tecnológica e crescimento econômico: uma aproximação das escolas neo-schumpeteriana e institucionalista. In: 42º Congresso Nacional da ANPEC, 2014, Natal. **Anais** do 42º Congresso Nacional da ANPEC, 2014.
- CAVALIERI, M. A. R. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 22, p. 43-76, 2013.
- CAVALIERI, M. A. R. Um Lugar, um Tempo e um Sistema de Economia: ensaio interpretativo sobre o surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen. In: XII Encontro de Economia da Região Sul - Anpec-Sul, 2009. **Anais** do XII Encontro de Economia da Região Sul - Anpec-Sul, 2009.
- COMMONS, J. R. **Institutional Economics**. American Economic Review, vol.21., 1931, pp 648-657.
- COMMONS, J. R. **Institutional Economics**. American Economic Review, vol.21., 1931, pp 648-657
- CONCEIÇÃO, O. A. C. “A Dimensão Institucional do Processo de Crescimento Econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social”. **Revista Economia e Sociedade**. Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, SP. V. 17, n. 1 (32), 2008, p. 85-106.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p 77 -106, 2002.
- DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. **Entering the Field of Qualitative Research**. In: (ed). Handbook of Qualitative Research. 2. ed. United States: Sage Publications, 2000, p.1-17.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br/> Acesso em: 29 de julho de 2016
- FREITAS, H.; MOSCAROLA, J. Gestão da informação – da observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados. **RAE Eletrônica**. V.1. n. 1. jan.-jun. 2002
- HODGSON, G. M. 2000. “*What Is the Essence of Institutional Economics?*” **Journal of Economic Issues**, v. 34, n. 2 : 317–329, 2000.
- HODGSON, G. M. **The Evolution of Institutional Economics**: Agency, structures and Darwinism in American Institutionalism. Londres: Routledge, 2004
- ILHA, A. da S.; ALVES, F. D.; SARAIVA, L. H. B. **Desigualdades Regionais No Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul**. POA: FEE, 2002 Disponível em <<http://www.fee.gov.br>> Acesso em: 05 de Novembro de 2015
- LALUCE, C. R. H. Caracterização das atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares do assentamento Alecrim em Selvíria/MS. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil 2013.
- LAVILLE, C.;DIONE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG,1999. 340p
- LEMO, D. da C. A interação universidade- empresa para o desenvolvimento inovativo sob a perspectiva institucionalista-evolucionária: uma análise a partir do sistema de ensino superior em Santa Catarina. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico – Florianópolis, SC, 2013. 416p.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Rev. Econ. Polit.** vol.33 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2013

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada.** In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

RUTHERFORD, M. Institutional Economics: Then and Now. **Journal of Economic Perspectives** Vol. 15, No. 3 (Summer, 2001), pp. 173-194

SILVA, V. L. da. Fundamentos do institucionalismo na teoria social de Thorstein Veblen. **Rev. Política & Sociedade.** Vol. 9, n. 17, Outubro de 2010

SOUZA FILHO, *et al.* Condicionantes da adoção de inovações tecnológicas na agricultura. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, p. 223-255, 2011.

VEBLEN, T.B. **The Instinct of Workmanship and the State of Industrial Arts** (1ª edição: 1914). New Brunswick: Transaction Publishers. 1989.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-130-5

